dar imediato e perfeito conhecimento ao comandante-chefe e mantê-lo sempre informado da situação na província em tudo aquilo que seja de interesse para a preparação, localização, emprego e conduta das forças armadas ali estacionadas.

§ único. Se o comandante-chefe ainda não estiver nomeado, o governador deve tomar igual procedimento em relação a cada um dos comandantes dos ramos das forças armadas locais, para que estes possam preparar e conduzir as suas acções, sob a mesma orientação e em mútua coordenação.

Art. 3.º As funções do comandante-chefe e as dos outros comandantes a que se refere o § único do artigo anterior, sempre que se relacionem com as actividades político-administrativas da província, devem ser exercidas em íntimo acordo com o respectivo governador, sem prejuízo das atribuições que lhes são conferidas e das demais disposições fixadas pelas leis e regulamentos militares.

Art. 4.º No caso de operações militares para a segurança e defesa da província, o comandante-chefe ou, na sua falta, cada um dos comandantes dos ramos das forças armadas locais executa e conduz as mesmas de harmonia com as directivas do Ministro da Defesa Nacional que forem transmitidas pelo chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas e em íntima concordância com a conduta político-administrativa que for esclarecida pelo governador da província.

§ único. No conceito de operações militares são incluídas as acções a desenvolver por qualquer ramo das forças armadas, ou pelo conjunto das mesmas, para manter ou restabelecer a ordem em qualquer zona da província.

Art. 5.º O comandante-chefe ou, na sua falta, cada um dos comandantes dos ramos das forças armadas locais deve manter o governador da província sempre informado da preparação e localização das forças sob as suas ordens, da situação dos trabalhos relativos ao seu emprego operacional e de tudo o que respeitar à condução das operações.

§ único. O governador pode convocar o comandante-chefe ou, na sua falta, cada um dos comandantes das forças armadas locais a fim de obter os esclarecimentos que necessitar para exercer a sua acção político-administrativa.

Art. 6.º Quando na província, e depois do recurso ao disposto na base VIII da Lei n.º 2051, subsistir alguma divergência entre as medidas estabelecidas para o regime político-administrativo e aquelas que tenham de ser preconizadas para a condução das operações militares, sem que as correspondentes entidades responsáveis possam definir matéria conjunta para procedimentos de interesse comum, deverão estas, sem demora, expor o assunto pela via mais rápida, respectivamente, para o Ministério do Ultramar e para o Secretariado-Geral da Defesa Nacional, a fim de ser submetido à apreciação ministerial dos titulares dos departamentos interessados ou, se necessário, à deliberação do Conselho Superior da Defesa Nacional.

Art. 7.º Quando a segurança e a defesa da província, bem como a manutenção ou o restabelecimento da ordem na mesma, não possam nem devam aguardar a decisão resultante do procedimento constante do artigo anterior e exijam o emprego imediato de forças militares, o comandante-chefe ou, na sua falta, cada um dos comandantes das forças armadas locais conduzirá as respectivas acções estritamente de acordo com a decisão político-administrativa que em tais condições for

fixada pelo governador e sob a inteira responsabilidade deste perante o Governo.

§ 1.º A decisão a que se refere o corpo do presente artigo deve constar sempre de documento escrito, obrigatoriamente entregue pelo governador da província ao comandante que responda perante o Departamento da Defesa Nacional pela execução e condução das operações.

§ 2.º O referido comandante, logo que tenha conhecimento ou seja detentor daquela decisão do governador da província, deverá transmitir a mesma, imediatamente e pela via mais rápida, para o Secretariado-Geral da Defesa Nacional.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 27 de Março de 1961. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — *António de Oliveira Salazar* — *Pedro Theotónio Pereira* — *Júlio Carlos Alves Dias Botelho Moniz* — *Arnaldo Schulz* — *João de Matos Antunes Varela* — *António Manuel Pinto Barbosa* — *Afonso Magalhães de Almeida Fernandes* — *Fernando Quintanilha Mendonça Dias* — *Marcello Gonçalves Nunes Duarte Mathias* — *Eduardo de Arantes e Oliveira* — *Vasco Lopes Alves* — *Francisco de Paula Leite Pinto* — *José do Nascimento Ferreira Dias Júnior* — *Carlos Gomes da Silva Ribeiro* — *Henrique Veiga de Macedo* — *Henrique de Miranda Vasconcelos Martins de Carvalho*.

Para ser publicado no *Boletim Oficial* de todas as províncias ultramarinas. — *Vasco Lopes Alves*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção-Geral da Contabilidade Pública

Decreto-Lei n.º 43 561

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º São autorizadas as repartições da Direcção-Geral da Contabilidade Pública respectivas a mandarem satisfazer, em conta da verba de despesas de anos económicos findos inscrita nos orçamentos do actual ano económico, as quantias seguintes:

Encargos gerais da Nação

Encargo do ano de 1959 respeitante a reparações efectuadas num automóvel do Estado	343\$60
Despesas do ano de 1960 respeitantes aos salários de três operárias costureiras que prestaram serviço no batalhão de caçadores pára-quedistas . .	11 309\$00
	<hr/>
	11 652\$60

Ministério da Justiça

Encargos do ano de 1960 referentes a telefones, transportes, energia eléctrica e à aquisição de material de limpeza a liquidar pela Relação de Lisboa, Reformatório de Lisboa, Cadeia Penitenciária de Lisboa, Direcção-Geral dos Serviços Jurisdicionais de Menores, Instituto de Medicina Legal de Coimbra e Colónia Penal do Bié . . .	36 985\$20
Despesas do ano de 1960 respeitantes a vencimentos, gratificações, ajudas de custo e subsídios de interrupção de viagens, a liquidar pela Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, Instituto de Medicina Legal do Porto, Relação de Lisboa e Colónia Penal do Bié	4 834\$20

Encargos do ano de 1960 com a alimentação dos internados do Reformatório Central de Lisboa Padre António de Oliveira, com subsídios de alimentação de guardas dos serviços prisionais e substituição do grupo electrobomba abastecedor de água à Colónia Correccional de Vila Fernando	80 053\$50
	121 872\$90

Ministério dos Negócios Estrangeiros

Encargos dos anos de 1924 e 1927 respeitantes à regularização das contas dos extintos consulados de Portugal em Valhadolid e Maranhão	6 882\$20
---	-----------

Ministério do Ultramar

Encargo do ano de 1960 respeitante a energia eléctrica e chamadas telefónicas da Direcção-Geral do Ensino	1 359\$20
---	-----------

Ministério das Comunicações

Despesas dos anos de 1955 e 1960 respeitantes à aquisição de um radioteodolito para o Serviço Meteorológico Nacional e a energia eléctrica e telefones da Direcção-Geral de Transportes Terrestres	3 596\$50
--	-----------

Ministério da Saúde e Assistência

Despesas do ano de 1960 respeitantes a salários de serventuários da Direcção-Geral de Saúde	5 855\$00
---	-----------

Art. 2.º É autorizada a 2.ª Repartição da Direcção-Geral da Contabilidade Pública a mandar pagar à tesouraria da Alfândega de Lisboa, como dívida de anos económicos findos, a quantia de 1734\$10.

§ único. A folha a processar será documentada com a relação discriminada das despesas efectuadas e dos despachos que as autorizaram.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 27 de Março de 1961. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — António de Oliveira Salazar — Pedro Theotónio Pereira — Júlio Carlos Alves Dias Botelho Moniz — Arnaldo Schulz — João de Matos Antunes Varela — António Manuel Pinto Barbosa — Afonso Magalhães de Almeida Fernandes — Fernando Quintanilha Mendonça Dias — Marcello Gonçalves Nunes Duarte Mathias — Eduardo de Arantes e Oliveira — Vasco Lopes Alves — Francisco de Paula Leite Pinto — José do Nascimento Ferreira Dias Júnior — Carlos Gomes da Silva Ribeiro — Henrique Veiga de Macedo — Henrique de Miranda Vasconcelos Martins de Carvalho.

Direcção-Geral das Alfândegas

Decreto-Lei n.º 43 562

Considerando o que solicitou a Secretaria de Estado do Comércio;

Usando pela faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. É isenta de direitos a importação de 135 000 dúzias de ovos originários da Holanda, destinados à Junta Nacional dos Produtos Pecuários e transportados pelo navio *Oberhausen*, entrado no porto

de Lisboa em 16 de Dezembro de 1960, sob a contra-marca fiscal 4509/60.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 27 de Março de 1961. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — António de Oliveira Salazar — Pedro Theotónio Pereira — Júlio Carlos Alves Dias Botelho Moniz — Arnaldo Schulz — João de Matos Antunes Varela — António Manuel Pinto Barbosa — Afonso Magalhães de Almeida Fernandes — Fernando Quintanilha Mendonça Dias — Marcello Gonçalves Nunes Duarte Mathias — Eduardo de Arantes e Oliveira — Vasco Lopes Alves — Francisco de Paula Leite Pinto — José do Nascimento Ferreira Dias Júnior — Carlos Gomes da Silva Ribeiro — Henrique Veiga de Macedo — Henrique de Miranda Vasconcelos Martins de Carvalho.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção-Geral dos Negócios Económicos e Consulares

Aviso

Por ordem superior se torna público que, conforme comunicação dirigida pelo Secretariado-Geral da Organização da Aviação Civil Internacional ao representante do Governo Português no conselho daquela Organização, a República do Mali depositou os seus instrumentos de ratificação do Protocolo de 14 de Junho de 1954 relativo à emenda do artigo 45 da Convenção sobre aviação civil internacional, assinada em Chicago em 7 de Dezembro de 1944.

Direcção-Geral dos Negócios Económicos e Consulares, 18 de Março de 1961. — O Director-Geral Adjunto, Armando Ramos de Paula Coelho.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS

Gabinete do Ministro

Decreto-Lei n.º 43 563

Convindo aperfeiçoar as condições de aplicação do Decreto-Lei n.º 40 623, de 30 de Maio de 1956;

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. Os artigos 12.º e seu § único e 18.º e seu § único do Decreto-Lei n.º 40 623, de 30 de Maio de 1956, passam a ter a seguinte redacção:

Art. 12.º A concessão dos alvarás, suas modificações, cassações e suspensões e a cessação destas serão publicadas no *Diário do Governo*.

§ 1.º Os alvarás suspensos, cancelados ou cassados serão entregues à comissão nos prazos legais, sob pena de serem apreendidos pelas autoridades policiais.

§ 2.º A suspensão e a cassação do alvará são fundamento da rescisão dos contratos celebrados com os respectivos titulares e em curso de execução, sem direito a qualquer indemnização ou restituição.